

CASTILLA Y EL MUNDO FEUDAL

HOMENAJE AL PROFESOR JULIO VALDEÓN

M.^a Isabel del Val Valdivieso y Pascual Martínez Sopena
(Dirs.)

II



Junta de Castilla y León
Universidad de Valladolid



M.^a ISABEL DEL VAL VALDIVIESO
PASCUAL MARTÍNEZ SOPENA
(Dirs.)

CASTILLA Y EL MUNDO FEUDAL
HOMENAJE AL PROFESOR
JULIO VALDEÓN
II

Con la colaboración de
DIANA PELAZ FLORES

JUNTA DE CASTILLA Y LEÓN
Consejería de Cultura y Turismo
UNIVERSIDAD DE VALLADOLID
2009

A ESPADA DE SANTIAGO, O VELO DE OURO E A JARRETEIRA

Isabel Vaz de Freitas
Universidade Portuguesa Infante Dom Henrique

A instituição da Ordem dita da Espada de Santiago por Afonso V, no ano de 1459 ou 1460, na sequência da tomada de Alcácer Ceguer, permanece em silêncio pela falta de documentação que permita elucidar sobre alguma nebulosidade que paira sobre a sua fundação e organização. A Ordem foi restabelecida no início do século XIX não colocando em causa a existência da sua fundação em época que remete a Afonso V. Ao invés das outras Ordens instituídas no seu tempo, não implementou uma cultura propagandística durável que fornecesse dados concretos da sua existência, ou, se a criou, não resistiram ao tempo. No entanto, os dados dispersos permitem enquadrar a criação da Ordem dentro da filosofia seguida por Afonso V e pela Europa do seu tempo na qual as Ordens militares de cavalaria, com um certo ar de secretismo, eram uma constante. Actuavam como meios de envolvimento dos cavaleiros numa unidade, fraternidade e lealdade, interessantes para o poder central, constituíam meios de internacionalização dos mais fortes reinos europeus e acordavam com os ideais da cavalaria medieval e do romance de corte, unindo o laico ao religioso de uma forma teatral e poética.

Pelo que é possível conhecer, apoiado em referências documentais transcritas por Pedro de Azevedo e Maria Alice Lima Serrano¹, esta Ordem não se encontra afastada das suas congéneres europeias de maior notoriedade da Idade Média. Pelo contrário, a criação de Afonso V está demasiado próxima do Velo de Ouro ou da Jarreteira, o que remete para uma reprodução dos estatutos e das cerimónias das Ordens borgonhesa e inglesa.

¹ AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919; SERRANO, Maria Alice Lima; SALDANHA, Segismundo do Carmo da Câmara, *A Ordem Militar Portuguesa da Torre e Espada: Subsídios para a sua história*, Lisboa, 1966.

Talvez a denominação da Ordem e o patrono a ela associado tenha trazido alguma confusão com a já existente Ordem Militar de Santiago. Pedro de Azevedo ao recolher vários documentos detectou que João de Barros em 1552 a intitulou apenas de Ordem da Espada, Frei Hieronimo Roman em 1575 a denominou de Ordem da Espada de Santiago, Frei Jacinto de Deus em 1670 de Ordem de Santiago da Espada, Manuel Faria e Sousa em 1677 de Ordem da Espada, Alexandre Ferreira em 1733 de Ordem da Espada de Santiago ou Ordem da Espada, D. António Caetano de Sousa em 1737 de Ordem da Cavalaria da Espada de Santiago e Damião António Faria e Castro em 1787 de Ordem de Santiago. Só em 1808 a Ordem toma o nome de Ordem da Torre e da Espada². Os registos da Ordem são unânimes em assinalar a sua denominação ao tempo de Afonso V como Ordem da Espada de Santiago, Velo de

Para entendermos as afinidades entre as Ordens da Espada de Santiago, Velo de Ouro e Jarreteira, será necessário olhar para os procedimentos e filosofia idênticas que movem estas Ordens.

A Ordem do Velo de Ouro ou do Toso de Ouro nasce do casamento de Filipe, o Bom, Duque da Borgonha com Isabel de Portugal, filha de D. João I. O ducado da Borgonha conhecido pelo fausto, luxo e protocolo que preenchia o quotidiano da vida de corte marcava novos ritmos na Europa de então. Centro económico de relevo tinha em Bruges o principal ponto de contacto de mercadores que procuravam produtos, diferentes e com requinte bem ao gosto borgonhês. Terra de cultura onde pintores, escritores, jograis, ministros, filósofos e alquimistas se cruzam a qualquer momento. O Grão-Duque do ocidente, como ficou conhecido Filipe, o Bom, entre as opções que lhe eram colocadas para o seu casamento, fez uma escolha. Optou por uma descendente da Dinastia de Avis, surgida em momento de crescimento económico que colocava Portugal na primeira linha mundial. A casa de Avis alcançava a fama e a glória e abria os caminhos para um mundo novo que légua a légua se ia descobrindo por entre um mar tenebroso. A educação esmerada de D. Filipa ao modo inglês agradava às questões protocolares da casa da Borgonha. D. Isabel, os homens e mulheres portugueses que a acompanhavam provaram que a escolha fora a mais acertada.

Refere J. Cardoso Gonçalves³ que Filipe, o Bom, casado pela primeira vez com Michaela de França e pela segunda com Bonne d'Artois das quais não tinha descendência, contractou o conde de Urgel propondo-se casar com Isabel de Urgel. As negociações deste casamento não tiveram seguimento. Isabel de Urgel estava prometida a D. Pedro, Duque de Coimbra. É neste momento que o Duque da Borgonha, através de Afonso V de Aragão, contacta a corte de D. João I. Contava D. Isabel, a princesa escolhida, com 33 anos, idade aconselhável à experiência e vivência de corte. O casamento celebrou-se com a maior pompa e circunstância a 7 de Janeiro de 1430.

² AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem...*, pp. 4-9.

³ Sobre este assunto ver CARDOSO GONÇALVES, José, *O casamento de Isabel de Portugal com Filipe o Bom, Duque da Borgonha e a Fundação da ordem Militar do Toso de Ouro: estudo comemorativo do V Centenário destes acontecimentos Históricos (1430-1930)*, Lisboa, 1930.

Filipe, o Bom, celebrava o casamento com a criação da Ordem denominada do Velo de Ouro ou do Toso de Ouro. Refere Rafael Dominguez Casas citando o cronista Georges Chastelain (1415-1475) que Filipe, o Bom pensava há já algum tempo na instituição da Ordem para a qual não encontrava um bom pretexto⁴. Um dos motivos que o levou a apressar a sua concretização prendeu-se com o convite proposto pelo Duque de Bedford, João de Lancaster, regente de França, em nome de Henrique IV de Inglaterra, de ingressar na Jarreteira. O Duque da Borgonha não querendo colocar-se em acenuada dependência do rei inglês, que pelo juramento de fidelidade da Ordem se encontrava sujeito, recusou a proposta referindo que pensava criar uma Ordem própria.

A denominação de Velo de Ouro ou de Toso de Ouro instituía-se por inspiração na lenda de Jasão. Conta a lenda que Jasão viajou com Hércules e os Argonautas até ao oriente onde conquistou o velo de ouro com a ajuda dos talismãs mágicos de Medeia. O velo de Ouro transformou-se no símbolo representativo do oriente, ou mais precisamente de Jerusalém. Ao gosto do renascimento, Filipe o Bom uniu a esta lenda um cariz religioso e de cavaleiro cruzado. Pretendia que a Ordem estivesse conotada com a defesa da fé católica que, por esse motivo, recebeu como patrono Santo André e nas insígnias foi colocada a cruz do Santo.

Por iguais razões de exaltação da cavalaria e por outras de cariz amoroso Eduard III fundava a Ordem da Jarreteira em 1348. Inspirada num acidente de corte ocorrido com a Condessa de Salisbury, identificada como amante de Eduardo III, que durante um baile de corte teria perdido uma liga azul. O monarca, sentindo a agitação da sala e identificando a sua origem, atou a liga na sua perna e exclamou *Honi soit qui mal y pense*, expressão que ficava reconhecida como o mote da Ordem da Jarreteira. O lema da Ordem escrito em francês transporta-nos para um lugar em França onde certamente ocorreria o baile. A data transporta-nos até à vitória assinalável em Crécy. A Ordem da Jarreteira surgia para celebrar o ideal do cavaleiro medieval e o mais célebre conflito europeu que opôs Inglaterra a França⁵.

Como a Ordem do Velo de Ouro que unia a uma lenda um espírito religioso movido por Santo André e a sua cruz, a Jarreteira unia à liga da Condessa de Salisbury o reavivar do misticismo inerente à reunião dos cavaleiros da Távola Redonda e aos contos do ciclo arturiano. Ao criar a Ordem, Eduardo III de Inglaterra pretendia recriar a fraternidade existente nos cavaleiros da Távola Redonda. No primeiro projecto da criação da Ordem, em 1344, esse desejo era evidente pelo ressurgimento da mesa redonda dos cavaleiros arturianos e pela realização da festa anual da Ordem no dia de Pentecostes, dia preferido pelos romances do ciclo arturiano.

Tempo de instituições de ordens com simbolismo próprio, imiscuídas de uma carga emocional adequada à cavalaria, Portugal não ficaria indiferente. Pedro de

⁴ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael, *Arte y simbología en el capítulo barcelonés de la Orden del Toso de Oro (1519)*, Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2001.

⁵ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael, *Arte y simbología en el capítulo barcelonés de la Orden del Toso de Oro...*

⁶ Sobre a Ordem da Jarreteira ver COLLINS, Hugh E. L., *The Order of the Garter 1348-1461: Chivalry and politics in Late Medieval England*, Oxford, Oxford Historical Monographs, Clarendon Express, 2000.

Sousa, Senhor do Prado, na descrição que fez da viagem de D. Leonor a Itália no ano de 1452, onde a Infanta casou com Frederico III, refere que o Conde de Ourém distribuiu colares com a sua divisa pessoal, o ouriço-cacheiro, a todos os que faziam parte da comitiva⁷.

Mais relevante teria sido a criação da Ordem designada da Espada de Santiago em 1458, após a conquista de Alcácer Ceguer, por Afonso V. A criação desta ordem aproximava o monarca português dos comportamentos idealistas da cavalaria dos seus congêneres europeus, promovia sua imagem de *cavaleiro cruzado* e afastava a possibilidade da preponderância de outras ordens surgidas no seio de casas senhoriais, nomeadamente na de Bragança. Esta Ordem abria-se a ideais de cavalaria que se conjugavam com valores do catolicismo mais ardente. A honra, dignidade, as altas façanhas do cavaleiro e o romance de cavalaria estavam verdadeiramente imbuídas de um espírito religioso que unia a fé e a guerra. Razões que moveram Afonso V enquanto homem e enquanto rei.

O voto do monarca, realizado após a morte de D. Isabel de embarcar na guerra contra o muçulmano como vector fundamental da sua vida depois do desaparecimento da única mulher que poderia amar, envolvia a Ordem que criou nos meandros amorosos e aproximava-o da guerra em África e do combate ao infiel que jurara agarrar com afinco. Um tom de romance de cavalaria traduzido na morte inesperada da amada preenchia a imaginação e os sentimentos da sua época. Santiago surgia como patrono da Ordem. A escolha recaía na tradição deste Santo ser o patrono da guerra contra os muçulmanos. Santiago ressurge no panorama central português de ideal ibérico cruzado encabeçado agora por Afonso V. A espada de Santiago que protegia os peregrinos protege agora os cavaleiros em Marrocos.

O entusiasmo que assistia a estas três Ordens é comum — a unidade perante a guerra. A Jarreteira pretendia manter e incentivar a unidade inglesa na guerra, o Tosão de Ouro pretendia manter a unidade dos diferentes senhores feudais assentes em território da Borgonha de forma a contrariar os poderes externos opositores, e a Ordem criada por Afonso V simbolizava a união portuguesa contra o infiel e o domínio cristão do mundo muçulmano.

As semelhanças da criação da Ordem da Espada com outros relatos da Jarreteira ou do Tosão de Ouro são de assinalar. Os membros destas Ordens, montadas sobre uma insígnia, estavam identificados com clareza pelo colar de ouro de onde pendia a divisa. A Ordem do Tosão de Ouro usava um colar composto por placas de ouro interrompidas por um fuzil. Manoel Soeiro nos *Anais da Flançães* datados de 1429 descreve o colar como contendo pederneiras que despediam fogo. Os fuzis em forma de dois BB significavam as duas Borgonhas, ducado e condado. Carlos o Temerário introduziu no colar um C, inicial do seu nome colocados frente a frente. O velo de ouro pendia do colar⁸.

⁷ CORDEIRO, Luciano, *Uma sobrinha do Infante: Emperatriz da Alemanha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.

⁸ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael, *Arte y simbología en el capítulo barcelonés de la Orden del Tosón de Oro...*

No caso da Jarreteira o colar continha 24 rosas que alternam com 24 nós e com as ligas azuis escuras que continham o mote inserto escrito a ouro. Suspenso do colar no centro encontra-se uma medalha onde está presente S. Jorge e o dragão.

O colar da Ordem da Espada de Santiago contava com rodízios com gotas de água em movimento, divisa adoptada por Afonso V que se encontra na porta do mosteiro do Váratojo e nas tapeçarias de Pastrana. Possuía ainda uma Vieira branca, símbolo de Santiago. Pendia do colar uma medalha branca onde se descobria a torre de Fez, a torre do suplício de D. Fernando, e uma espada nela cravada⁹. A vida de D. Fernando perdida em Fez ganhava valor simbólico que incentivava as façanhas do cavaleiro e o sofrimento pela força do cristianismo. Frei João Alvares ao escrever a Crónica do Infante Santo, D. Fernando, transmite com clareza esse ideal. A vida em troca da derrocada do Islão. Mais do que no Velo de Ouro ou na Jarreteira esse ideal era cultivado em Portugal. O espírito português era dominado pela conquista de terras aos muçulmanos, oponentes seculares, e pelo encontro com o cristianismo mais puro.

Narra Hieronimo Roman que uma lenda antiga contava que o poder e domínio dos muçulmanos em África terminava quando um cristão conseguisse retirar a espada da Torre de Fez¹⁰. Uma história que recorda a gesta do rei Artur e da Excalibur, a espada inquebrável de Roland, Durandal, conhecida pelos seus poderes mágicos, eternizada na *Chanson de Roland* e no santuário de Rocamadour ou a espada de Afonso Henriques que poderosamente lutava contra o muçulmano, símbolo da força nacional. Esperava Afonso V retirar a espada da Torre de Fez¹¹.

Uniam os cavaleiros instituídos nestas ordens um companheirismo, uma lealdade, fraternidade e unidade inquebráveis, valores venerados e instituídos pela própria ordem como forma de garantir a coesão e o respeito inviolável ao monarca. De facto era esse o espírito que movia o rei Afonso V. Os seus parceiros, os seus amigos, aqueles que foram amplamente beneficiados, acompanhavam o rei com companheirismo e fidelidade raras de encontrar.

O número de cavaleiros era idêntico para as três Ordens citadas. A Jarreteira abriu a um número de 24 cavaleiros, a do Velo de Ouro a 24 cavaleiros e mais tarde crescia para um número de 31. A Ordem da Espada de Santiago contava com 27 cavaleiros entre os maiores do reino. Refere Hieronimo Roman que este número era alusivo à idade de Afonso V quando fundou a ordem alguns meses depois da batalha contra os muçulmanos em Alcácer Ceguer, o monarca e o príncipe D. João, incluídos na Ordem estavam excluídos das contagens por lhes caber o cargo de grão-mestre¹².

⁹ Citando Hieronimo Roman, AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, pp. 13-14.

¹⁰ Citando Jeronimo Roman, AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, p. 13.

¹¹ Pedro de Azevedo ao citar João de Barros e Jeronimo Roman, revela que o motivo principal da criação desta Ordem de cavalaria por D. Afonso V seria a de tomar a cidade de Fez. AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, pp. 11-13.

¹² Interessava que estas Ordens alcançassem príncipes fora dos domínios territoriais de onde fora criada. Quanto maior fosse o número de membros estrangeiros, maior era o prestígio da Ordem. AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, p. 14.

Hugh Collins¹³ revela os elementos portugueses que se encontram entre os cavaleiros da Jarreteira. D. João I, o primeiro dos cavaleiros a ingressar na Ordem pelo seu casamento com Filipa de Lencaster, regista-se em Agosto de 1400, na categoria de cavaleiro estrangeiro do mais alto nível, ocupa o lugar n.º 102 de entrada na Ordem e a cadeira pertencente a William Arundel. D. Pedro, duque de Coimbra eleito em 22 de Abril de 1427, ingressou provavelmente na vaga deixada por Thomas Beaufort primeiro duque de Exeter, falecido em 30 de Dezembro de 1426. Incorporou-se na categoria de cavaleiro estrangeiro do mais alto nível e ocupa o lugar número 144. D. Duarte, rei de Portugal, cavaleiro número 149, foi eleito no dia 8 de Maio de 1435, tem a mesma categoria de seu pai e irmão, ocupa a cadeira de D. João I. D. Henrique, duque de Viseu entrou na Ordem no ano de 1443 na mesma categoria dos nomes anteriores e obteve o número de entrada 160. Ocupou a cadeira de Simon Felbriggé, falecido em 3 de Dezembro de 1442. O seu túmulo bem como o dos elementos familiares da Jarreteira que escolheram o mosteiro da Batalha para última morada mostram em lugar de destaque as insígnias da Jarreteira. Álvaro Vasques de Almada, conde de Avranches entra na Ordem no dia 11 de Julho de 1445 com o número 162, na categoria de *bachelor-knight*, a terceira categoria da Ordem. Afonso V ingressa entre os membros da Jarreteira com o número 164, a 22 de Abril de 1447, na mais elevada categoria atribuída e como cavaleiro estrangeiro. Ocupa a cadeira de Humphrey Plantagenet, Duque de Gloucester falecido a 28 de Fevereiro de 1447. D. João II ingressou como cavaleiro a 15 de Setembro de 1488 com o número de entrada 220. Ocupa a cadeira de William Fitz-Alan, Duque de Arundel falecido no início do ano de 1488¹⁴.

Os estatutos da Ordem impunham determinadas condições para o ingresso dos cavaleiros, seleccionados por eleição a realizar em cerimónia própria que decorria na capela de Windsor. Arravés de Hugh Collins é possível conhecer que nos estatutos da Jarreteira a idade é um factor fundamental, significativo para a apreciação das características do cavaleiro que alcançava a partir de determinado momento uma maturidade indispensável para a análise das suas qualidades. Essa maturidade impunha uma participação em diversas campanhas, nas quais o desempenho do indivíduo era fundamental. Formava-se uma espécie de curriculum que se apreciava. No entanto alguns elementos mais jovens poderiam ser admitidos no caso de se esperar de aquele indivíduo a realização de grandes feitos militares. D. João I, D. Pedro, D. Duarte, D. Henrique e Álvaro Vasquez de Almada tinham provas dadas na altura da sua entrada na Ordem¹⁵. Apenas Afonso V contava com cerca de 15 anos, idade insuficiente para ter alcançado grandes feitos. Assim, seria o factor sucessório ao trono o que precedia a escolha que implicava a aceitação de Afonso V no seio da Jarreteira.

Outros factores influenciavam a escolha dos cavaleiros. A proximidade que detinham membros da nobreza assumiam junto do rei, o prestígio pessoal, influência na corte, importância adquirida nos feitos militares, entre outras, eram as responsáveis pela admissão de camareiros e de outros indivíduos que coabitavam na casa real, estes obtinham estatuto de *bachelor-knight*. Para a admissão de cavaleiros estrangeiros contavam outros factores como a importância diplomática, serviço prestado ao monarca inglês, identificação com o reino de Inglaterra, entre outras.

De salientar que D. João I é o segundo monarca estrangeiro a ser admitido na Ordem depois de Henrique III de Castela. Interesses políticos e diplomáticos uniam os monarcas portugueses e ingleses. As eleições dos herdeiros de D. João I, D. Duarte e Afonso V, garantiam uma amizade e a continuidade da aliança entre os reinos. Segundo Hugh Collins, D. Duarte, herdeiro da cadeira de D. João I, entrava na Ordem em Maio de 1435. Afonso V entrava em 1447, data em que atingia a idade para governar e assumir o reino até ao momento entregue ao Regente D. Pedro. Afonso V herdava a cadeira pertencente a Humphrey of Gloucester, denominando *The good Duke Humphrey* foi imortalizado por Shakespeare. Conhecido humanista do seu tempo faleceu em Fevereiro de 1447. D. Pedro é eleito como cavaleiro da Jarreteira em 22 de Abril de 1427, na festa anual da Ordem, data em que este se encontrava em viagem pelas Sete Partidas do Mundo.

O Infante D. Henrique teria como principais motivos para entrar na Ordem o seu valor enquanto cavaleiro e como homem empenhado numa das maiores tarefas do momento — a descoberta dos novos mundos. A sua fama enquanto cavaleiro e comandante de armadas percorria a Europa. Depois do seu desempenho na conquista de Ceuta o seu reconhecimento sai das fronteiras portuguesas. O infante D. Henrique como líder de todo o processo mercantil atlântico constituía-se como homem de grande valor para o monarca inglês.

Refere Hugh Collins¹⁶ que a partir do século XV para a admissão de príncipes estrangeiros bastava o envio de uma embaixada com o convite e a investidura na Ordem era imediata. Este ritual ocorreu pela primeira vez em 1435 com a eleição de D. Duarte. Estas mesmas embaixadas devem ter procurado Filipe o Bom, pouco tempo antes do seu casamento em 1430, que recusa com a justificativa de se encontrar a fundar uma Ordem própria, a Ordem do Tosaço de Ouro. Nova embaixada voltou a Portugal no ano da investidura de D. João II. Os embaixadores chegaram a Beja a 22 de Abril de 1488. A 2 de Maio o monarca recebia com toda a pompa as insígnias da Ordem. Para comemorar o acontecimento saía de Lisboa um padrão com a divisa da Jarreteira, conforme revela a investigação de Américo da Costa Ramalho¹⁷.

¹³ COLLINS, Hugh E. L., *The order of the Garter 1348-1461: Chivalry and politics in Late Medieval*

England..., pp. 174-186, 294, 295.

¹⁴ Ver também GONÇALVES, Júlio, *O enigma das insígnias da Jarreteira num padrão dos descobrimentos*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1961.

¹⁵ Acrescenta Hugh Collins que a eleição de Álvaro Vasquez de Almada em 1445 se deve às suas qualidades que evidenciou como cavaleiro na luta contra os muçulmanos e em Azincourt, batalha que teve lugar em 25 de Outubro de 1415 e fonda a qual o rei inglês empreendeu a conquista da Normandia francesa. Pela sua disponibilidade na participação na guerra ao lado do monarca inglês, recebeu o ritu-

lo de Conde de Avranches, terra localizada na Normandia. COLLINS, Hugh E. L., *The order of the Garter 1348-1461: Chivalry and politics in Late Medieval England*..., p. 59.

¹⁶ COLLINS, Hugh E. L., *The order of the Garter 1348-1461: Chivalry and politics in Late Medieval England*...

¹⁷ RAMALHO, Américo da Costa, «D. João II, a Jarreteira e o Padrão», em *Biblos*, 1962, 38, pp. 508-602.

Os cavaleiros estrangeiros não podiam estar anualmente na festa de S. Jorge que ocorria em Windsor em Abril. Desta forma faziam-se representar por um procurador que ocupava o seu lugar na cadeira destinada encimada pelas armas pessoais. Hugh Collins refere que D. Pedro se fazia representar pelo Lord Tipoff. Desconhecem-se os outros representantes dos príncipes portugueses. Para se distinguirem, os procuradores não usavam o manto da Ordem pelos ombros, mas sim num dos braços.

Esta Ordem permitia a entrada de mulheres. Designavam-se de *ladies of the society of the Garter* ou *ladies of fraternity of St. George*. Hugh Collins refere entre os nomes femininos da Ordem D. Filipa de Lencastre, lady of Garter desde 1379 e D. Beatriz, condessa de Arundel, filha de D. João I e de Inês Pires, irmã de D. Afonso, Duque de Bragança desde 1413. D. Beatriz casou em primeiras núpcias com o 5.º conde de Arundel, casamento que a colocou nos meandros da Jarreteira. Estavam obrigadas a usar o vestido da Ordem no dia de S. Jorge e a cerimónias próprios impostos pelos estatutos¹⁸.

A Ordem de cavalaria do Tosão de Ouro, não permitia a inclusão directa do elemento feminino. As mulheres podiam assistir às reuniões da Ordem a partir de uma tribuna colocada na sala onde ocorriam os encontros e as cerimónias dos cavaleiros. Entre os membros estrangeiros escolhidos por Filipe, o Bom, para ingressarem na Ordem do Velo de Ouro, encontram-se algumas ligações a Portugal dignas de nota. Jean de Nuefchatel, senhor de Montagu, casado com Dona Margarida de Castro, donzela que acompanhou D. Isabel aré Bruges¹⁹; Adolfo de Clèves, senhor de Ravestain, que desposou D. Beatriz, filha do infante D. Pedro; D. João de Coimbra, filho do infante D. Pedro, que acompanhou D. Jaime e D. Beatriz no refúgio no Ducado da Borgonha. D. João era admitido na Ordem em 1456 no capítulo reunido na cidade de Haia²⁰.

No caso português através dos prováveis estatutos revelados por Hierónimo Roman, entre os cavaleiros da Ordem da Espada que juravam empenhar-se com alma na luta contra o muçulmano e cumprir sempre os requisitos declarados, não se encontram estrangeiros. Os cavaleiros eram escolhidos pela linhagem, grandeza de estado, serviço prestado em guerra, número de gentes que possui e autoridade²¹. Os identificados do *grande cavaleiro* impunham a escolha. Mais uma vez, a semelhança com os estatutos da Jarreteira e da Ordem do Velo de Ouro são de assinalar.

Instituiu a Ordem da Espada de Santiago que treze dos vinte e quatro cavaleiros eram escolhidos directamente pelo rei, o Grão-mestre da Ordem, personagem central da Ordem, e os restantes cavaleiros eram escolhidos em conselho. O número mantinha-se inalterável e só em caso de morte de algum cavaleiro, ouro poderia ingressar

¹⁸ COLLINS, Hugh E. L., *The order of the Garter 1348-1461: Chivalry and politics in Late Medieval England...*, pp. 28, 301-303.

¹⁹ Margarida de Castro é filha de Fernando de Castro, alcaide-mor da Covilhã, governador da casa do infante D. Henrique, irmã de D. Álvaro de Castro, camarceiro mor de Afonso V, conde de Monsanto e senhor de Cascais.

²⁰ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael, *Arte y simbología en el capítulo barcelonés de la Orden del Tosón de Oro...*

²¹ Citando Jerónimo Roman, AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, p. 14.

sar por acordo em conselho chamado *dos do colar*. Este seria eleito de entre 12 escolhidos pelo grupo²².

Hierónimo Roman revela a lista dos cavaleiros que pertenceriam à Ordem, segundo o manuscrito que encontrou no Arquivo da Casa de Bragança. Por ordem decrescente encontram-se Afonso V; o príncipe D. João; D. Fernando, duque de Viseu; o Infante D. Henrique; D. Afonso, duque de Bragança; D. Fernando, Marquês de Vila Viçosa, 2.º duque de Bragança; D. Sancho de Noronha, Conde de Odemira, governador de Ceuta; D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real; D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto; D. João Coutinho, conde de Marialva; D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, aio de Afonso V, conde de Arouguia; D. Duarte de Meneses, conde de Viana, governador de Alcácer; D. Vasco de Ataíde, prior do Crato; D. Fernando, duque de Guimarães, 3.º duque de Bragança; D. João, filho do 2.º duque de Bragança, marquês de Montemor, condestável de Portugal; D. Afonso, Conde de Faro; D. Afonso Vasconcelos de Meneses, senhor de Mafra, conde de Penela; D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede; Nuno Vaz de Castelo Branco, almirante; D. Fernando Coutinho, marechal do reino; Rui de Melo, conde de Olivença, guarda-mor do rei, capitão de Tânger; Álvaro de Sousa, mordomo-mor; D. Fernando de Meneses, mordomo-mor do infante; Álvaro Pires de Távora; Vasco Martins de Sousa Chichorro, capitão dos ginetes; D. Lopo de Almeida, conde de Abrantes e capitão de Lisboa; e por fim, Leonel de Lima²³.

Assiste-se a uma demarcação hierárquica dos cavaleiros, a mesma que a Jarreteira ou o Velo de Ouro contém nas suas relações de cavaleiros. A antiguidade de pertença à Ordem, a linhagem e estatuto social e familiar distinguem estes homens. Os grandes do reino, idolatrados por Afonso V, ficaram na História marcados pelas descrições de Rui de Pina ou pelas narrações do heroísmo presentes em Zurara. A Ordem da Espada assume-se como uma chave importante para o conhecimento de um rei que não sai das regras do seu tempo, pelo contrário, lidera em termos ideológicos a forma de estar dos príncipes do seu tempo. Liderança que lhe é facilitada pela guerra que tanto acalentou individualmente ou através dos seus grandes cavaleiros, no Norte de África. Marrocos transforma-se, nesta perspectiva, como o palco ideal de um cenário onde os cavaleiros medievais representam os melhores papéis e disputam a fama internacional.

As celebrações litúrgicas que acompanhavam as festas e as reuniões que exaltavam a cavalaria apresentavam grandes semelhanças entre estas Ordens. Rituais e cerimoniais próprios, manifestamente idênticos, colocavam os seus membros em elevação social ou iniciavam os novos elementos que ingressavam. Uma vez por ano, no dia do patrono da Ordem, estes cavaleiros reavivavam o espírito de fraternidade e celebravam os valores e ideais da cavalaria, da honra e lealdade. Reuniam-se em capítulo ao qual assistiam os seus membros com indumentária própria²⁴.

²² Citando Jerónimo Roman, AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, p. 14.

²³ AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, pp. 15, 16.

²⁴ Citando Jerónimo Roman, AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, p. 15.

No caso da Jarreteira o traje era composto por um manto de veludo azul e uma liga de veludo azul com o mote inscrito, usada pelos homens na perna esquerda sob o joelho e pelas mulheres no antebraço direito.

Américo da Costa Ramalho revela um documento curioso datado de 1455, dirigido a Afonso V, no qual explícita o tipo de vestuário que o monarca deveria vestir enquanto cavaleiro da Jarreteira. Um manto de veludo azul, guarnecido de damasco branco, onde se pode visualizar a liga da Ordem em ouro e as armas de S. Jorge. Uma fita de seda azul bordada apertava o manto. A roupa usada sob a capa era de escarlate com mangas redondas forrado de arminho²⁵.

A Ordem do Velo de Ouro contava com um traje vermelho onde o colar de ouro sobressaía como grande demonstração de riqueza. O chapeirão de lã também vermelho, estava decorado de fuzis e velos dourados. Nas vésperas, vigílias e missas de requiém o traje mudava para negro sem qualquer decoração. Em 1473 Carlos, o Temerário engrandeceu o aparato do vestuário. Decretou o uso do chapeirão, o manto vermelho revestiu-se de branco e de ouro. O traje negro continuou a ser usado nas celebrações fúnebres e instituiu o traje de damasco branco para as celebrações em honra da Virgem Maria²⁶.

Hugh E. L. Collins²⁷ revela que a Jarreteira celebrava no dia 23 de Abril, dia de S. Jorge, a sua festa anual. Iniciava as comemorações na noite de 22 de Abril, a chamada vigília de S. Jorge. Neste dia celebravam-se as vésperas, o primeiro dos quatro serviços religiosos que tinham lugar ao longo dos próximos dias de festejos. Seguiu-se uma festa que se prolongava noite dentro. No dia 23 reuniam em capítulo, onde eram tratados assuntos relativos à Ordem. Antecedia a reunião uma procissão na qual participavam todos os membros da Ordem em deslocação até à sala do capítulo. Esta procissão contava com a presença dos cavaleiros, dos oficiais da Ordem e do prelado que trazia nas mãos o coração de S. Jorge. O monarca assumia lugar de destaque no cortejo. Todos vestiam o traje da Jarreteira e colocavam as respectivas insígnias. A procissão terminava na capela de S. Jorge, na qual o rei era conduzido até ao altar por dois reis de armas. Uma vez no altar o rei ajoelha-se e oferece prata e ouro, de seguida recebe a bênção do prelado e retira-se para a cadeira respectiva. Este ritual é seguido por todos os cavaleiros. A cerimónia continua com o cântico *Tu Deum laudamus*. Após a missa cantada seguiu-se um banquete. Por volta das cinco da tarde deslocavam-se novamente à capela de S. Jorge para celebrar as vésperas. No dia 24 de Abril reunia-se novamente o capítulo para se procederem às eleições de novos membros e tratar de assuntos diversos relativos à Ordem. Terminava o encontro com uma missa de requiém que pretendia dar continuidade aos valores de amizade que uniam os cavaleiros mesmo depois da morte e rezar pela alma de todos os que tinham já falecido. Estes dias eram acompanhados de festejos variados onde os torneios ocupavam lugar proeminente.

²⁵ RAMALHO, Américo da Costa, *D. João II, a Jarreteira e o Padrão...*, p. 13.

²⁶ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael, *Arte y simbología en el capítulo barcelonés de la Orden del Toisón de Oro...*

²⁷ COLLINS, Hugh E. L., *The order of the Garter 1348-1461: Chivalry and politics in Late Medieval England...*

Revelam os estatutos de 1473 da Ordem do Tosão de Ouro que a reunião do capítulo durava quatro dias no mês de Maio. O dia mais importante era o do patrono, no dia 2. Celebravam-se missas em honra de Santo André, pelo Espírito Santo, pela Virgem Maria e de requiém pelos cavaleiros falecidos. Constrava destas reuniões anual a análise dos feitos de cada um dos cavaleiros da ordem, a tomada de decisões políticas e a eleição, por votação secreta, dos novos membros. O voto do grão-mestre valia por dois, ou por três no caso de empate. Depois da reunião do capítulo os cavaleiros reuniam-se num sumptuoso banquete no palácio ducal. O duque ocupava um lugar de destaque no centro da mesa onde era colocada uma cadeira com dossel. A sala do palácio estava decorada com tapeçarias alusivas à história de Jasão e Gedeão, patronos da Ordem. Os embaixadores estrangeiros ocupavam lugar de destaque e tinham tratamento igual ao do Duque. Pretendia-se impressionar com todo o aparato²⁸.

A Ordem da Espada celebrava no dia de Santiago, dia 25 de Julho, uma festa em casa do rei na qual se encontravam todos os membros da Ordem, celebravam-se vésperas e matinas e uma missa de requiém, outra de comemoração a Santiago, na capela em honra de Santiago, situada em Lisboa, e para tal ordenada. Nas vésperas e matinas cada cavaleiro rezava um Pai-nosso. Na missa de requiém celebrada no dia 26 de Julho os cavaleiros trajavam de negro. Nas cadeiras dos cavaleiros ausentes ardia uma tocha. Os cavaleiros traziam colar e hábito correspondente à imposição da Ordem, obrigatórios nestas reuniões e nos dias e festas de Jesus Cristo. A acompanhar estas cerimónias justas, torneios e jogos, festas mais aptas ao lazer e prazer dos cavaleiros tomavam lugar em tempo declarado e animavam toda a cidade. Após o dia de Santiago o conselho *dos do colar* retine mais três dias para tratar de assuntos relativos à Ordem e discute a melhor forma de dar continuidade à guerra contra os muçulmanos²⁹.

As capelas onde decorriam as cerimónias religiosas da Jarreteira e do Velo de Ouro continham cadeiras representativas para cada cavaleiro. As cadeiras estavam assinaladas pelas armas, nome e título correspondentes e insígnias da Ordem pintadas que as encimavam. Os painéis dos cavaleiros falecidos eram retirados e colocados nas paredes da Igreja enquanto que novas armas eram colocadas sobre a cadeira representando os novos homens da Ordem. Cada escudo pintado era envolvido pelo símbolo do colar com insígnia pendente. A Ordem do Tosão de Ouro assinalava que os escudos dos elementos expulsos da Ordem, por cometimento de falhas graves, eram cobertos com pintura negra e sobre o fundo negro escreviam-se os motivos da expulsão.

A Igreja de Santiago onde se realizam as missas e a festa de Santiago continha, pelas descrições do século XVI, duas capelas. Numa das capelas, a destinada às missas pelos cavaleiros vivos, estavam colocadas vinte e sete cadeiras e em cima destas cadeiras vislumbrava-se o escudo de armas, nome e apelido do cavaleiro ao qual pertence

²⁸ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael, *Arte y simbología en el capítulo barcelonés de la Orden del Toisón de Oro...*

²⁹ Citando Jeronimo Roman, AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem da Torre e Espada...* pp. 14-15.

a cadeira. Na outra capela, destinadas às missas pelos cavaleiros mortos contém os escudos dos cavaleiros mortos, retirados de cima das cadeiras, junto com o nome e uma descrição dos feitos. Os escudos serão colocados a partir do altar. Quando morre um dos cavaleiros entre os designados *do color*, realizava-se uma celebração religiosa na qual os restantes cavaleiros vestem de negro e transportam uma tocha acesa. O túmulo do cavaleiro falecido era coberto por um pano negro. No caso do cavaleiro ter falecido em terra de mouros o túmulo deveria ser coberto por um pano vermelho e neste caso, os cavaleiros não estavam obrigados a vestir de negro³⁰. O luto não se impunha para a morte mais honrada que um verdadeiro cavaleiro poderia receber. Descrições muito idênticas às da Jarreteira ou do Velo de Ouro que mais uma vez apontam para uma semelhança declarada.

Diversos oficiais encarregavam-se do bom funcionamento da Ordem. Os estatutos da Jarreteira distinguem três oficiais, o prelado, responsável pelo serviço religioso das festividades, o chanceler que autentica os documentos emanados das reuniões e o *registor*, uma espécie de secretário. Este último oficial tem a seu cargo registar em anais as ações dos cavaleiros. Surge ainda um outro oficial, designado de *Rei de Armas da Jarreteira* ou *Rei de Armas dos ingleses*. Este oficial estava incumbido da representação heráldica dos cavaleiros pertencentes à Ordem. O nome sugestivo que acompanhava o Rei de Armas garantia o espírito conjunto e de unidade nacional.

A Ordem do Velo de Ouro possuía quatro oficiais principais, o chanceler, um eclesiástico que tinha a seu cargo o selo da Ordem e que autentica os documentos e o exame efectuado aos cavaleiros, o *greffier* que registava os acontecimentos no seio da Ordem e as façanhas dos cavaleiros, o tesoureiro que se encarregava do tesouro e das suas propriedades da Ordem e, por fim, o rei de Armas Toison d'Or que tinha a seu cargo a heráldica dos cavaleiros, era o mensageiro, mestre-de-cerimónias e informava o *greffier* sobre as façanhas dos cavaleiros³¹.

Entre os possíveis oficiais da Ordem criada por Afonso V apenas um surge como referência. Um cronista que deveria partir para África e escrever em livro, anualmente, os feitos dos cavaleiros quer pertençam ou não à Ordem³². Todos os anos, estes feitos, escritos em livro, seriam lidos pela festa de Santiago. A função deste cronista tem semelhanças evidentes com a figura do *registor* da Ordem da Jarreteira e com o *greffier* do Velo de Ouro. Curiosa é a leitura dos feitos dos cavaleiros efectuada anualmente na festa de Santiago. Unia-se a um sentimento religioso, a uma festa, a um cerimonial de relevo e conhecimento dos feitos dos heróis do reino. Um incentivo feroz à participação em campo de batalha e à luta desenfreada até à morte pela fé e pelo rei. Só o cultivar deste sentimento justifica a aproximação que Afonso V teria com a nobreza do seu tempo.

De facto, durante o reinado de Afonso V, mais precisamente a partir de 1450, ano em que Zurara termina a Crónica da Tomada de Ceuta. Afonso V privilegia-o entre

³⁰ AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, pp. 14-15.

³¹ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael, *Arte y simbología en el capítulo barcelonés de la Orden del Toison de Oro...*

³² AZEVEDO, Pedro de, *D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada...*, p. 14.

1450 e 1459 inserindo-o como cavaleiro na Ordem de Cristo, confere-lhe as comendas de Alcains, Granja de Ulmeiro e de Pinheiro Grande e nomeia-o guarda-mor da Torre do Tombo em substituição de Fernão Lopes. Zurara escreve entre 1452 e 1453 a *Crónica do Infante D. Henrique* ou dos *Feitos do Infante D. Henrique* depois reformulada em *Crónica dos feitos da Guiné* após 1460, entre 1458 e 1463 redige a *Crónica de D. Pedro de Meneses*. Em 1467 Zurara parte para África para recolher dados sobre os feitos de D. Duarte de Menezes. Entre os anos de 1464 e 1468 termina a Crónica deste cavaleiro numa linha evidenciada nas crónicas anteriores. Zurara vai longe nos rasgados elogios e nas descrições das façanhas dos cavaleiros que efectuou a pedido de Afonso V. No entanto os seus escritos são anteriores à data apontada como provável para a fundação da Ordem. Afonso V mostrava-se, sem dúvida, muito interessado em revelar a gesta de homens que partiram para África, quer fosse ou não ao serviço da Ordem que fundara. A Ordem vem organizar e chamar a atenção nacional e internacional de uma política que Afonso V desenvolvia já há algum tempo. O intuito propagandístico revela-se eficaz.

As semelhanças detectadas entre as Ordens aqui referenciadas apontam para uma comunhão de interesses que se vivia em finais da Idade Média. Afonso V revelava na sua acção as relações privilegiadas que mantinha com Inglaterra e com a Flandres. Interesse recíproco. A Jarreteira colocava entre os seus membros os elementos da família real portuguesa. Uma ligação política necessária a Portugal e à Inglaterra. A crise de 1383-1385 marcava a longo prazo a amizade entre Portugal e Inglaterra que D. Filipa de Lencastre anexaria um valor familiar de grande importância para a família de Avis. Do mesmo modo, as ligações dos monarcas portugueses com o ducado da Borgonha através de D. Isabel, Filipe, o Bom e Carlos, o Temerário permitiriam que os mesmos valores políticos e familiares que uniam Portugal e Inglaterra se repetissem. A comunhão de interesses políticos adquiria através destas ordens, um sentimento poético e familiar onde o ideal do cavaleiro cruzado e o amor cortês se entrelaçam. Marcavam-se e assumiam-se fidelidades difíceis de quebrar.

Ao criar a Ordem da Espada de Santiago, Afonso V pretendia aproximar-se dos costumes que marcavam a Europa e promover a imagem de Portugal. Por outro lado nos anos dados para criação da Ordem, viviam-se em Inglaterra momentos difíceis de disputa do trono entre as famílias York e Lencastre. A facção York levava vantagem, o que diminuía a identificação que Portugal possuía com Inglaterra durante o domínio dos Lencastre. A Guerra das Duas Rosas ocorrida em 1450 entre os York e os Lencaster permitiu a evidência dos primeiros no contexto político inglês. A criação de uma Ordem portuguesa além de lançar Portugal em estratégias propagandísticas das grandes gestas, afastava o monarca português do âmbito da imbricada política inglesa³³.

³³ Sobre Afonso V ver entre outros autores MORENO, Humberto Baquero; FREITAS, Isabel Vaz de, *A Corte de Afonso V: o tempo e os homens*, Ediciones Trea, 2006 e GOMES, Saul António, *Afonso V*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006.

Após a morte de Afonso V a Ordem da Espada de Santiago é esquecida. Caberia aqui questionar se D. João II não estaria interessado na sua extinção. A Ordem reunia a alta nobreza altamente privilegiada e as suas façanhas altamente divulgadas. Não interessava à centralização promovida por D. João II que homens que adquiriram no tempo de seu pai um estrato, um património e uma força política difíceis de contornar, continuassem unidos por laços tão fortes como o companheirismo e a fraternidade. A conduta inicial de D. João II é de oposição a este tipo de comportamento, sobretudo o que emanava da potência em que se transformara a casa de Bragança. D. João II interessava-se pela instituição de um reinado diferente não apoiado no feito da cavalaria mas numa gestão económica mais eficiente que garantisse para Portugal um dos primeiros lugares na política económica europeia. Neste novo panorama os velhos cavaleiros medievais movidos por forças idealistas de façanhas individualistas não se enquadravam.

À CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO PODER DO REI

Maria José FERRO TAVARES
Universidade Aberta de Lisboa

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar o meu trabalho, necessito definir o tempo histórico abarcado que circunscrevi à Baixa Idade Média e ao início da modernidade. A temática respeita ao poder, pelo que pensei ser útil definir o conceito de *poder* que irei estudar. Das análises que fiz, conclui que, em todos os tempos, esta palavra se associou a *mando*, a *domínio*, a *riqueza* e a *saber*, de onde resulta que se pode ler este conceito em patamares diversos: os que o detinham por *munus* próprio, por direito, e os que o exerciam por que estavam ao serviço da pessoa ou entidade que tinha competência e direito para o fazer.

Todos eles representavam faces diversas do *poder* assim como proximidades e contextos sociais de padrões diferentes. Sumo pontífice e imperador/rei configuravam duas faces de um poder que se caracterizava pela sua origem divina e em que ambos cingiam espadas diversas desse mesmo poder: espiritual, a *autoritas*, temporal, a *potestas*. Por outro lado, dentro daquela definição apresentada, encontramos ainda outras formas de poder, como a do homem sobre a mulher, do letrado sobre o iletrado, do rico sobre o pobre, ou seja, numa leitura dicotómica da sociedade aqueles que detinham uma parcela do poder e que, por isso, mandavam, e os que, socialmente, estavam irradiados dele pelo que a sua única função era a de obedecer.

Teremos, assim, o poder e as faces da sua metamorfose em segmentos hierárquicos que eram transversais à sociedade global e que me irei abster de estudar, para me fixar no poder do rei e na construção da sua imagem, *constructum* esse que teve sempre como ponto de partida a própria corte, ou os mais sábios desta que privavam directamente com o soberano. Nesta perspectiva e sem procurar teorizar a evolução do poder real e a sua emancipação em relação ao poder papal, é verdade que, em cada reino, o poder em valor absoluto e por direito próprio era assimilado à pessoa do rei